

Pela nomeação da transmasculinofobia: uma análise transfeminista

- Cello Latini Pfeil
- Bruno Latini Pfeil
- Cauê Assis de Moura

RESUMO

Desde os anos de 1970, percebemos uma maior projeção do transfeminismo nos estudos de gênero e em espaços feministas. Primeiramente nos Estados Unidos, e seguindo para a América Latina nos anos 2000, o transfeminismo cresceu como importante movimento para a visibilização de pautas de pessoas trans e gênero-dissidentes, rompendo com a cisnormatividade dos feminismos. Todavia, como buscamos demonstrar, as transmasculinidades enfrentam apagamento e invisibilização no interior de tais movimentos, se deparando com uma lacuna epistemológica em relação à nomeação – como nomear as violências direcionadas contra as transmasculinidades? Como combater violências específicas que, no entanto, não possuem um nome para identificá-las? Neste artigo, temos como objetivo averiguar os obstáculos que pessoas transmasculinas enfrentam dentro e fora de movimentos feministas, observando posteriormente a necessidade de nomear o substrato desses obstáculos: a transmasculinofobia.

Palavras-chave

Transmasculinofobia; Transfeminismo; Transmasculinidades; Nomeação; Cisgeneridade.

NAMING TRANSMASCULINOPHOBIA: A TRANSFEMINIST ANALYSIS

ABSTRACT

Since the 1970s, transfeminism has become more prominent in gender studies and feminist spaces. First in the United States, and then in Latin America in the 2000s, transfeminism has grown as an important movement for making the agendas of trans and gender-dissident people visible, breaking with the cisnormativity of feminisms. However, as we demonstrate, transmasculinities face erasure and invisibilization within these movements, facing an epistemological gap in relation to naming - how to name the violence directed against transmasculinities? How can we combat specific forms of violence which, however, do not have a name to identify them? In this article, we aim to investigate the obstacles that transmasculine people face inside and outside feminist movements, and then look at the need to name the substratum of these obstacles: transmasculinophobia.

Keywords

Transmasculinophobia; Transfeminism; Transmasculinities; Naming; Cisgenderity.

Introdução

Diferentes concepções de patriarcado podem ser traçadas de acordo com a perspectiva adotada. Se, por exemplo, feministas socialistas compreendem que o combustível da opressão é o capitalismo, as feministas radicais atribuem a responsabilidade sobre a violência de gênero à dominação “masculina” (ROGUE, 2012). Ao pensarmos no caráter masculino dessa dominação, nos questionamos - como pensar as transmasculinidades? Ao considerarmos fatores de classe, raça, territorialidade, sexualidade, deficiência e expressão de gênero, quais corporalidades são levadas em consideração na definição de “patriarcado” ou no direcionamento de movimentos feministas? Em nossas trajetórias acadêmicas, percebemos que as transmasculinidades se deparam com uma profunda invisibilização, tanto dentro de espaços feministas e de estudos de gênero, como em outros campos. Diante desse apagamento, escrevemos com o intuito de pontuar a nomeação das violências que atravessam as transmasculinidades no patriarcado.

Para tanto, iniciamos nosso estudo apresentando um sucinto histórico do transfeminismo que marcou os estudos de gênero no início dos anos 2000. Como o transfeminismo pautou fortemente a identificação de violências e a nomeação da cisgeneridade, caracterizando os movimentos por despatologização da transexualidade, adotamos uma perspectiva transfeminista para direcionar nossas argumentações. Posteriormente, escrevemos sobre a presença de transmasculinidades no movimento transfeminista, para demonstrar como as narrativas, pesquisas e lutas transmasculinas contribuíram para o desenrolar de uma vertente feminista plural. Por fim, em relação à nomeação das violências, dissertamos sobre o conceito de “transmasculinofobia” de forma propositiva. Longe de encerrar debates e elaborações teóricas, pretendemos trazer, à teoria, aquilo que nos une na experiência empírica, em nosso cotidiano enquanto corpos transmasculinos no mundo. Daí, a nomeação das violências se torna fundamental para que possamos combatê-las, e o termo “transmasculinofobia” nos é apresentado como uma sugestão.

Um breve histórico dos estudos transfeministas: o marco dos anos 2000

Uma disputa que está longe de ser superada é a definição de quem pode falar pelos feminismos. Este debate foi impulsionado principalmente a partir de meados dos anos ‘70, através das críticas realizadas por feministas negras e lésbicas. Nessa mesma esfera, pessoas trans* passaram a tecer suas colaborações e a disputar espaço no movimento feminista (SARMENTO, 2016). Vejamos, então, como os debates trans* dentro e fora de movimentos feministas se desenvolveram.



O caso de Beth Elliot - uma cantora trans que participou do cenário musical folk hippie durante a década de '70 e integrou ativamente o movimento lésbico estadunidense - pode ser considerado, dentro do contexto norte-americano, como um marco na discussão em torno da participação de pessoas trans* no movimento feminista. Dentro desse contexto, uma das leituras que melhor representa essa questão é o livro de Janice Raymond, *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male*, publicado em 1979. A principal argumentação de Raymond se funda na afirmação do “perigo” de o patriarcado adentrar o feminismo na figura de mulheres trans* (KAAS, 2012). No entanto, como afirmam Susan Stryker e Stephen Whittle (2006), Raymond dá pouca atenção para a discussão em torno das transmasculinidades, pois não consegue facilmente encaixá-la em seu esquema argumentativo.

Neste cenário, pessoas trans passaram a tecer suas elaborações. O texto *A Travestite Answers a Feminist*, de Lou Sullivan - um dos fundadores da comunidade transmasculina que tomou forma nos Estados Unidos na década de '80 -, fornece uma das primeiras críticas publicadas a essa vertente feminista contrária a pessoas trans, que surgiu no início dos anos 1970. Referindo-se diretamente ao livro de Janice Raymond, o manifesto *The Empire Strikes Back: a Posttranssexual Manifesto*, escrito em 1987 e apresentado em uma conferência na Universidade da Califórnia pela acadêmica e performer norte-americana Sandy Stone (2023), é uma das obras tidas como referência dos estudos trans* dentro da perspectiva norte-americana (STRYKER, WHITTLE, 2006; STRYKER, 2008; STRYKER, BLACKSTON, 2022; NASCIMENTO, 2022).

O texto de Raymond atacou pessoalmente Stone por ela ser uma mulher trans e trabalhar como engenheira de som na Olivia Records, um coletivo musical feminista exclusivo para mulheres. Stone, mais de uma década depois, construiu sua argumentação teórica de forma a não exercer uma resposta antifeminista contra Raymond, mas minando os pressupostos fundacionalistas que sustentam a visão restrita de Raymond sobre feminilidade, e reivindicando uma posição de fala para pessoas trans (STRYKER, WHITTLE, 2006). Através da análise de autobiografias de mulheres trans e da literatura médica, Stone examina e desafia a forma como o conhecimento médico historicamente investigou e elaborou concepções normativas sobre a transexualidade. A autora não se aprofunda na discussão em torno das transmasculinidades, pontuando que o faria em um ensaio aparte.

Nessa esteira, em 1992, Leslie Feinberg publica, em formato de panfleto, o manifesto político *Libertação Transgênera: um movimento que se torna urgente*. Nessa publicação, Feinberg posiciona a palavra “transgênero” enquanto categoria política organizativa, posteriormente desenvolvendo em *Transgender Warriors* (1997) a noção de transgênero enquanto um termo guarda-chuva, aglutinador de identidades que, de maneiras diversas, divergem da norma binária de gênero (LANZ, 2014). No prefácio da tradução - realizada por Leona Wolf (2021, p. 4) - do panfleto de Feinberg, o coletivo



apresenta Leslie Feinberg como: “ativista lésbica, transgênera e comunista ligada ao Workers World Party, que possui imprescindível importância no debate sobre marginalidades de gênero”. O Coletivo LGBT PRISMA, ao contextualizar a utilização de Leslie Feinberg do termo transgênero, traz como nota de rodapé a seguinte descrição:

O termo aqui não designa uma identificação oposta ou além do gênero designado ao nascimento, mas a ruptura com padrões de gênero. Feinberg foi designada mulher ao nascimento, se identificava como uma mulher lésbica e transgênera por não estar dentro de uma expressão feminina imposta às mulheres. O que volta à ela uma violência à parte da simples discriminação por orientação sexual, mas que se inscreve em como expressa seu gênero [...] O Relatório sobre lesbocídio no Brasil (PERES; SOARES; DIAS, 2018) reforça essa realidade ao demonstrar uma maior incidência de assassinatos de lésbicas “não feminilizadas”. [...] o traço que une mulheres cis gênero-dissidentes e as transmasculinidades é o de estarem “fora” dos padrões de gênero impostos às mulheres, Feinberg denomina essa relação de “transgênero”, pois está “fora” de uma normatividade de gênero. (FEINBERG, 2021, p. 4).

Letícia Lanz (2014) aponta que, nos anos seguintes à publicação de Leslie Feinberg, o termo “transgênero” progressivamente se fez presente em organizações comunitárias, movimentos políticos de base identitária, discursos internacionais de direitos humanos, debates acadêmicos e mídias. Foi ainda durante a década de ‘90 que se utilizou pela primeira vez, de forma impressa, a palavra “transfeminismo”, no livro *Sex Changes: the Politics of Transgenderism*, do norte-americano Patrick Califia (KAAS, 2012). Além dos já citados Sullivan (2006), Stone (2023), Feinberg (1992; 1997) e Califia (1997), consideramos como precursoras dos estudos trans e da construção do pensamento transfeminista Sylvia Rivera (2007), Kate Bornstein (2012), Julia Serano (2012) e Emi Koyama (2003).

O ensaio *The Transfeminist Manifesto*, da ativista e acadêmica nipo-estadunidense Emy Koyama, foi publicado pela primeira vez em 2001. Nele, a autora conceituou o transfeminismo como “[...] principalmente um movimento de e para mulheres trans que vêem sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres e além” (KOYAMA, 2003, p. 245, tradução nossa). Em uma republicação do texto, no livro *Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the 21st Century*, Emi Koyama (2003) anexa um posfácio no qual escreve que seu foco inicial em mulheridades trans foi uma estratégia para não abrir espaço para homens “não-trans” se utilizarem erroneamente do feminismo a seu favor. Koyama reconhece, posteriormente, que este foi um erro e que negligenciou as lutas de pessoas transmasculinas e demais identidades trans*. Por fim, complementa que um de seus motivos residiu também no medo da crítica de diluir o feminismo.

Em países de língua espanhola e portuguesa, o termo “transfeminismo” começou a despontar com a obra de Kim Perez Fígares em 2004, intitulada *¿Mujer o Trans? La inserción de las transexuales en el movimiento feminista*. Posteriormente, em 2009, Paul B. Preciado publicou o texto

Transfeminismo y Micropolíticas del género en la era farmacopornográfica . No desfecho daquele ano, durante as Jornadas Feministas Estatais do Estado Espanhol, realizadas em Granada, ocorreu a elaboração do manifesto da Rede PutaBolloNegraTransFeminista, consolidando ainda mais o surgimento e a visibilidade do termo transfeminismo (COACCI, 2014).

No contexto brasileiro, considera-se como texto inaugural do transfeminismo o Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista, de Aline Freitas, publicado em 2005 (apud JESUS, 2014a; COACCI 2014). No ensaio, Aline escreve que

O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembléias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos. (FREITAS, 2005, p. 1 apud JESUS, 2014a, p. 249).

Jesus aponta que essa é uma concepção embrionária do transfeminismo, estruturando-se gradualmente na segunda década do século XXI. Ainda em 2005, juntamente à publicação do ensaio de Aline Freitas, ocorre um evento importante para a história do transfeminismo: o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, na cidade de Serra Negra, a cerca de 150 quilômetros de São Paulo (Brasil). Um pouco antes do evento, movimentos de mulheres trans e travestis enviaram uma carta à organização solicitando participação, e a organização do evento, embora não tivesse respondido à carta, discutiu a provocação na plenária final. A discussão da plenária se voltou ao questionamento sobre a mulheridade de mulheres trans, indagando se estas seriam ou não mulheres e se poderiam ou não fazer parte do movimento feminista (ADRIÃO, TONEL, MALUF, 2011; COACCI, 2014). Tanto o texto de Aline Freitas como a carta dos movimentos trans ao Encontro Feminista configuram-se como pontos fortes da história do transfeminismo no Brasil.

Ao abrir diálogo com os outros feminismos, Aline Freitas se volta a todas as pessoas trans. Nessa perspectiva, questionamos, para fomentar a reflexão: e se essa carta tivesse sido enviada por algum coletivo ou organização de pessoas transmasculinas? Quais seriam os argumentos usados pelas feministas presentes no encontro?

Ainda na primeira década do século XXI, a Internet sofreu mudanças principalmente em relação à característica de produzir e consumir conteúdo de forma concomitante em meio digital. Essas mudanças podem ser descritas como a passagem da Web 1.0 para o formato 2.0, sendo esta a alteração de uma rede estática para uma Web dinâmica que possibilita a publicação e o

compartilhamento de informações (AMARAL, 2012; RIBEIRO, 2013). A Web 2.0 inaugurou diversas redes colaborativas, como Facebook e Twitter, os serviços de compartilhamento de vídeos, YouTube e Vimeo, e os blogs (ZENHA, 2018). As discussões transfeministas foram bastante movimentadas por essa produção de conteúdo e interatividade.

Ao citar o ensaio de Aline Freitas, Thiago Coacci (2014) destaca que a sua primeira publicação ocorreu no blog intitulado “transfeminismo”, que Freitas havia criado no início dos anos 2000. O autor pontua que este não deve ser confundido com outro blog homônimo criado por Hailey Kaas no início dos anos ‘10. Desde de 2011, o coletivo composto por Hailey Kaas, Bia Bagagli, Viviane Vergueiro, Nicholas Athayde-Rizzaro e Luc Athayde-Rizzaro administrou tanto o site/blog Transfeminismo como o grupo de Facebook com a mesma nomenclatura. Ao longo dos anos, essas plataformas virtuais contaram com a contribuição de diversas outras pessoas (BAGAGLI, 2019).

Em 2014, nos deparamos com a publicação do livro *Transfeminismos: teorias e práticas*, organizado por Jaqueline Gomes de Jesus (2014b) e agregando capítulos de diversas autorias. A contracapa é escrita por João Nery, que nos ajuda a pensar como o transfeminismo discute as transmasculinidades. Nery (2014, s.p., grifo nosso) assim escreve:

O transfeminismo é um feminismo “ousado”. Contribui também na luta contra o sexismo e a transfobia. Reconhece os direitos das pessoas transgêneras de poderem ser cidadãs e terem autonomia, tanto para dizerem quem são quanto para produzirem seu próprio corpo - valores estes ainda negados por uma cultura que acredita que anatomia é destino. Excluir, discriminar, silenciar ou assassinar pessoas que desafiam as fronteiras do gênero são violências (simbólicas ou físicas), advindas de uma sociedade que não é verdadeiramente democrática e igualitária. Recomendo este livro para qualquer leitor que se interesse pela pluralidade da dimensão do que é o humano; por conter artigos que são instigantes e polêmicos, desconstruindo uma visão religiosa e biomédica universal que exerceu sua preponderância por séculos, negando, culpando, pervertendo e tentando curar, aqueles que não estão “encaixados” no “top” da norma social. Este é um livro para fazer o leitor questionar os produtores de “poder-saber” e ampliar sua visão sobre os direitos humanos, em se tratando de sociedades multiculturais como as que vivemos hoje.

O debate sobre a participação de pessoas transmasculinas no movimento transfeminista tem sido delineado e fortificado, porém de maneira sutil. Thiago Coacci traz essa discussão em uma nota de rodapé, ao justificar o fato de não ter entrevistado, em sua pesquisa, pessoas transmasculinas:

É importante explicitar que a corrente transfeminista não exclui a participação de homens trans*. Infelizmente para a presente pesquisa, devido a restrições no tempo de execução, não foi possível entrevistar nenhum homem trans*, o que pode implicar em uma sub representação da perspectiva desses sujeitos e de suas questões específicas. No entanto alguns homens trans* se fizeram presentes nos debates do grupo Transfeminismo do facebook que foram analisados [...] Seria perfeitamente plausível escutar da boca de um homem trans* que o (trans)feminismo daria a inspiração para dizer que se pode ser homem, independente do corpo, ou seja, independente da submissão a processos cirúrgicos e hormonais de (re)construção corporal. (COACCI, 2014, p. 153)

Ilustrando uma proximidade temporal semelhante à mencionada por Coacci, Leonardo Peçanha, Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Monteiro (2023) iniciam o artigo Transfeminismo das transmasculinidades: diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros com a seguinte afirmação:

Em meados do ano de 2014, aqui no Brasil, alguns homens trans e transmasculines começaram um diálogo que em 2015 originou no grupo do Facebook intitulado: “Construindo o Transfeminismo das Transmasculinidades” [...] Nesse grupo era discutido, entre vários temas, o lugar que os homens trans e pessoas transmasculinas poderiam ocupar no transfeminismo e como, epistemologicamente, as transmasculinidades poderiam demandar o reconhecimento de suas particularidades no campo social e político. (PEÇANHA, JESUS, MONTEIRO, 2023, p. 91)

Nessa mesma dimensão temporal, ainda no ano de 2015, mais especificamente entre os dias 20 e 23 de fevereiro, foi realizado em São Paulo o I ENAHT – Encontro Nacional de Homens Trans. Atualmente, o evento é intitulado ENAT - Encontro Nacional de Transmasculinidades. Em sua primeira edição, o evento reuniu mais de 100 participantes das cinco regiões do país para discutir especificidades da população transmasculina, articular demandas e fomentar políticas públicas (SÁ, 2015; PALHANO, 2015). Ao lembrar sua participação no evento, Léo Moreira Sá (2015) relata que compôs a mesa “Homens trans e o transfeminismo: reivindicando masculinidades em corpos oprimidos pelo machismo”. Fazendo um apanhado da discussão, o autor aponta o transfeminismo como bandeira de luta das transmasculinidades, uma vez que o transfeminismo, se posicionando contra o machismo e tecendo críticas à normatividade cisgênera, desafia a cultura cisheteronormativa e possibilita às pessoas transmasculinas a elaboração de uma desconstrução do modelo de homem “ideal” - cisgênero, heterossexual, endossexo, branco, sem deficiências, normativo, patriarcal.

No contexto atual, Peçanha, Jesus e Monteiro ressaltam que o diálogo sobre pessoas transmasculinas no movimento transfeminista brasileiro está emergindo novamente e se fortalecendo. Este ressurgimento é notável, especialmente por meio de plataformas virtuais, assim como em produções textuais. Uma multiplicidade de vozes tem contribuído significativamente para a construção de uma agenda transfeminista das transmasculinidades no país, com coletivos como Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), a Revista Estudos Transviades, o Coletivo de Artistas Transmasculines (CATS), dentre outros. É nesse momento que podemos pensar em um transfeminismo das transmasculinidades. Peçanha, Jesus e Monteiro (2023, p. 101, grifo nosso) definem o transfeminismo como uma “[...] linha de pensamento e ação feminista protagonizada por todas as pessoas trans, [que] também abarca as masculinidades trans [...]”. E é fundamental, em nossa percepção, que essa observação se integre às discussões transfeministas sobre masculinidades.

Sobre o transfeminismo das transmasculinidades

João W. Nery pontua a importância de pensar as transmasculinidades dentro do transfeminismo, de pensar o transfeminismo como algo ousado. Ao tratarmos de um transfeminismo para todas as pessoas trans, somos ousados por rompermos com a barreira que se configurou historicamente como o elo principal do feminismo: a figura da mulher - ainda que uma mulher idealizada, posta em discussão pelos movimentos negros e lésbicos nas segunda e terceira ondas feministas. As primeiras discussões sobre transfeminismo estão nesta perspectiva dos anos '70 a '90, e acreditamos que a ousadia seja exatamente essa: de mostrar a importância do diálogo.

Há uma descrição de Jaqueline Gomes de Jesus que consideramos fundamental, inclusive para refletir sobre as transmasculinidades de modo geral. Devemos pontuar os processos de violência que nos atravessam. Assim escreve Jesus (2014b, p. 6, grifo nosso):

O transfeminismo não é nada sozinho, precisa de pessoas hábeis a manejá-lo. Habilidade essa que se desenvolve com o treino, aprendendo-se algo com o sofrimento de cada dia ou com o reconhecimento das realidades sofridas. O transfeminismo não é aprendido apenas com leituras, se as palavras não pulsam nas veias de quem as lê.

No campo das transmasculinidades, o reconhecimento das realidades sofridas é algo bastante particular. O ato de nomear as violências que sofremos, sendo corpos transmasculinos, é um movimento transfeminista, uma vez que concordamos com Hailey Kaas (2012, s.p.) ao entendermos que a proposta do transfeminismo inclui: “a desconstrução dos modelos binário de gênero, empoderamento e agência das pessoas trans* no geral, combate à violência cissexista/transfóbica, livre exercício de sua(s) sexualidade(s), direitos reprodutivos inclusivos e terminologia anti-essencialista/biologizante”.

A discussão sobre a participação de pessoas trans, especialmente de pessoas transmasculinas, no feminismo é impulsionada a partir de 2021. Há pautas do “transfeminismo das transmasculinidades” que não devem ser ignoradas, tais como a gestação paterna, os direitos sexuais e reprodutivos, a exclusão do mercado de trabalho formal, a alta incidência de estupros corretivos (PEÇANHA, JESUS, MONTEIRO, 2023). Com a emergência de demandas transmasculinas - emergência no sentido de visibilização, e não de insurgência -, o transfeminismo das transmasculinidades se complexifica, de modo que não se possa insistir em um debate transfeminista sem pensar sobre e a partir das transmasculinidades. Se, no momento de origem dos estudos transfeministas o foco das discussões se concentrava em mulheridades trans, realizamos uma crítica construtiva a esse enviesamento, no sentido de que os pesquisadores transmasculinos presentes nesse período sofreram um apagamento histórico, e de que as transmasculinidades são elemento

fundamental dos saberes transfeministas.

Estudos sobre ginecologia, saúde sexual e direitos reprodutivos evidenciam a invisibilização das transmasculinidades sobre questões concernentes a nossos próprios corpos. Espaços de saúde ginecológica operam por uma lógica cisheteronormativa endosso, que somente considera as necessidades de mulheres cisgêneras endosso. Casos de violência obstétrica sofridos por pessoas transmasculinas estão sujeitos a apagamento, e se agravam com transfobia e racismo. Evidência disso é o dossiê Gravidez, Aborto e Parentalidades nas Transmasculinidades, publicado em 2023 entre uma parceria da Revista Estudos Transviades com a Revista Brasileira de Estudos da Homocultura. Neste dossiê, se disponibilizou o primeiro mapeamento nacional sobre transmasculinidades, aborto, gravidez e parentalidades, intitulado Um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas. De acordo com os dados apresentados no mapeamento, em espaços de saúde, 27,8% de transmasculinos não possuem seu nome social respeitado; 29,4% não possuem sua identidade de gênero respeitada (PFEIL et al., 2023). A violência obstétrica se expressa, dentre outras formas, pelo desrespeito ao nome social da pessoa gestante, pelo desrespeito de pronomes, por comentários sobre seu corpo e identidade.

Assim, somos suscitados a questionar: é possível haver um transfeminismo transmasculino? É possível que exista um transfeminismo sem as transmasculinidades? Decerto que não. Não se pode insistir em um debate transfeminista que exclua as transmasculinidades. A invisibilização das transmasculinidades, no entanto, ainda se faz presente em espaços transfeministas.

Em 2021, ocorreu o lançamento do livro *Transfeminismo*, de Letícia Nascimento, que publiciza a história do transfeminismo de maneira didática e fluida. Ao lermos suas importantes contribuições, percebemos que, assim como Emi Koyama, Nascimento conceitua o transfeminismo como um movimento exclusivamente voltado para mulheres trans e travestis. Em sua teorização, o conceito de mulher é ampliado para “mulheridades” e “feminilidades”, e o gênero é pensado a partir da noção de performances. Manteve-se, portanto, o fator convencionado como central dos feminismos - a questão da mulher (ROGUE, 2012). Entendemos como imprescindível a pluralização do transfeminismo, como nos colocam Peçanha, Jesus e Monteiro (2023, p. 93): “[...] vemos o transfeminismo como plural, com “s” - transfeminismos”. Apesar dos fundamentais diálogos com o feminismo interseccional, a obra de Nascimento nos faz indagar: como podemos construir um diálogo entre os feminismos e os transfeminismos de maneira geral, sem que se apaguem as demandas transmasculinas?

A partir desse questionamento, Cauê Assis de Moura (2021) publicou, na Revista Estudos Transviades, o ensaio *E não posso eu ser um transfeminista?*. O título do ensaio é uma pergunta retórica que parafraseia a introdução *E não posso ser eu uma mulher?* do livro *Tranfeminismo de*

Nascimento. Nascimento, por sua vez, insere o verbo “poder” na famosa frase proferida por Sojourner Truth em 1851, “E não sou uma mulher?”. Nascimento justifica sua escolha linguística para “[...] enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente, inclusive dentro do próprio feminismo, que pretendem determinar quem pode e quem não pode ser uma mulher” (NASCIMENTO, 2021, p. 20). Provocativamente, com esse trocadilho, Cauê Assis de Moura aponta para a existência de discursos dentro do transfeminismo que invisibilizam pessoas transmasculinas enquanto sujeitas de ação. E não podemos nós, transmasculinos, ser transfeministas?

No ensaio, Moura tece uma discussão - a partir dos estudos de Paul B. Preciado (2009) - acerca de quem seria o ‘homem’ no feminismo: quais homens o feminismo se recusa a reconhecer como sujeitos políticos das lutas feministas? Ao tratar de masculinidades, as teorias feministas não abarcam transmasculinidades, mas somente cismasculinidades, advindas de lugares que se constituem a uma distância considerável das masculinidades trans.

A partir da discussão que Luck Palhano faz no texto *Homens trans*, da invisibilidade à luta, publicado em 2015 na revista virtual *Geni*, chegamos a um conceito fundamental: o de entre-lugar das transmasculinidades. Como escreve o autor,

Por um lado, ao reivindicarmos e ressignificarmos masculinidades, somos com alguma frequência entendidos como aspirantes a privilégios machistas. Por outro, muito mais frequentemente, não temos nossas masculinidades reconhecidas e sofremos diretamente a opressão machista: nossos corpos são lidos como estupráveis e seguem marcados pela tutela e controle que caracterizam a relação da sociedade com os corpos das mulheres. Isso impacta diretamente tanto a construção da identidade de gênero e modificações corporais quanto a vivência da sexualidade, desejo e vida social. (PALHANO, 2015, s.p.)

Palhano escreve sobre as dificuldades que enfrentamos no entre-lugar das transmasculinidades, nos possibilitando aprofundar a discussão sobre os processos de violência, sobre a ideia de que “se é homem, então aguenta”, sobre a invisibilização de nossas identidades, demandas e desejos. Retomamos a crença de que pessoas transmasculinas estariam, por meio de sua transição de gênero, buscando ocupar lugares de poder, abdicando da categoria de ‘mulheridade’, como se a transição transmasculina estivesse embebida de privilégios. Além de não reconhecer a existência de masculinidades não-hegemônicas, esse discurso nega que a cultura do estupro, a vulnerabilização de corpos trans, a exclusão do mercado de trabalho formal e demais violências estruturais e institucionais atravessam as transmasculinidades cotidianamente.

Se pensamos em corpos vulnerabilizados, importa-nos trazer à tona as discussões acerca do assédio sexual contra pessoas transmasculinas. Os movimentos de denúncia contra o assédio, apesar de sistematicamente silenciados, incorporam uma dinâmica de correnteza: quanto mais falamos sobre isso, maior é nossa capacidade de mobilização para combate ao assédio. É nomeando a violência que



adquirimos aporte para extingui-la. No caso das transmasculinidades não percebemos somente o silenciamento histórico em torno do assédio sexual – silêncio que afeta a todas as pessoas vítimas dessa violência –, como também o silêncio que permeia as transmasculinidades enquanto categoria política e identitária. As transmasculinidades enfrentam invisibilizações constantes (PFEIL, PFEIL, 2021), de modo que, concomitantemente à nomeação do assédio, precisamos nos nomear enquanto sujeitos de nós mesmos.

As leituras sociais das transmasculinidades costumam ser empurradas para a cisgeneridade, aos dois pólos do binário: ou se é lido como mulher cis, ou como homem cis. Ou é cis de um lado, ou é cis do outro. A partir dessa encurralagem, percebemos dois caminhos de ação na denúncia do assédio sexual. De um lado, falamos do assédio sendo lidos como pessoas cisfemininas, sofrendo silenciamento tal como mulheres cisgêneras ao serem vítimas de violência sexual. Resquícios de apoio ou sororidade não cabem nessa situação, pois, para além de sermos lidos como mulheres cisgêneras - o que, por si só, já é uma violência transfóbica -, comumente somos lidos como mulheres lésbicas ou que negam sua feminilidade. Mesmo sendo inteligibilizados nas cisfeminilidades, ocupamos lugares marginalizados dentro do feminismo cisgênero.

De outro lado, ao sermos lidos como pessoas cismasculinas, não encontramos espaço para falar de assédio sexual, tendo como base a ideia de que homens, por serem opressores e violentadores, seriam incapazes de ocupar uma posição de vítima. De um lado ou de outro, ou somos culpabilizados pelas violências que sofremos, tal como ocorre com mulheres cisgêneras, especialmente mulheres não-brancas e que não performam a feminilidade normativa, ou somos deslegitimados enquanto corpos que enfrentam essas violências, de modo que não conseguimos exercer a denúncia. O movimento de nomear as violências que sofremos, sexual ou de outras ordens, ultrapassa a denúncia contra o ato, pois se expande à afirmação de nossas identidades transmasculinas. Com o transfeminismo, conseguimos pensar em produções de masculinidades que não tenham as masculinidades cisgêneras como único referencial; conseguimos pensar na nomeação das violências que acometem as transmasculinidades, pois a nomeação é, em nossa perspectiva, um processo transfeminista, tal como se deu a nomeação da cisgeneridade no início dos anos 2000 - algo que contribuiu para a consolidação dos estudos transfeministas no Brasil.

Nesse viés, consideramos que, para elaborarmos sobre transmasculinidades no transfeminismo, é fundamental nos empenharmos em um movimento não somente de identificação e mapeamento de violências e demandas, como também de nomeação das violências.

Em relação ao mapeamento de violências e demandas, desde 2017 a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) organiza, em parceria com outras organizações, dossiês que sistematizam as violências e demandas de pessoas trans anualmente. Os dossiês são fundamentais por



oferecerem dados sobre assassinatos, violências em geral e demandas da população trans no Brasil, ano após ano. Há algo em comum em todos esses dossiês. Em virtude da subnotificação de dados, identificamos uma lacuna no mapeamento de violências contra a população transmasculina. Nos dossiês da ANTRA, tal subnotificação é reconhecida e criticada. Não há respeito no modo como representam nossos corpos linguisticamente nos veículos midiáticos que noticiam nossas mortes. Assim, nos mapeamentos sobre nossa população, enfrentamos uma dificuldade enorme de identificar quantitativamente a incidência das violências que nos acometem - embora saibamos, por nossas próprias experiências, que tais violências acontecem, e como acontecem.

Diante disso, em 2021, foi criado o Observatório Anderson Herzer: das violências, mortes e suicídios contra as transmasculinidades como aporte do núcleo de pesquisa do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Em parceria com a Revista Estudos Transviades e com a Red Centroamericana del Caribe de Hombres Trans+ (REDCAHT+), o Observatório organiza relatórios de violências, mapeamentos de saúde e de educação relativos à população transmasculina brasileira. Lendo os mapeamentos, compreendemos haver um fio condutor das violências que acometem as transmasculinidades de modo geral. Todavia, como podemos escrever sobre o que nos atravessa se não há um nome específico para designar esses processos? Não há um termo - ao menos em contexto brasileiro - que, de maneira consolidada, sirva para identificar e conceituar as violências direcionadas especificamente contra corpos transmasculinos, em seus diversos marcadores raciais, territoriais, religiosos, de sexualidade etc. Nomear a violência é uma estratégia para extirpá-la, para que detenhamos os instrumentos para mitigá-la.

O ato de nomear se depara, frequentemente, com uma postura de recusa, tal como testemunhamos desde a conceituação do termo “cisgeneridade”. A universalização da categoria “mulher” somente poderia ser interrompida pelo reconhecimento da cisgeneridade; pelo reconhecimento de que corpos transmasculinos e não-binários demandam direitos sexuais e reprodutivos, políticas de inclusão, de respeito ao nome social e acesso à saúde, de permanência em escolas e universidades. Em relação à nomeação da cisgeneridade, nos deparamos com a recusa cisnormativa em reconhecer sua própria diferença, em reconhecer o conceito de “cisgeneridade” como válido.

Nomeamos esse fenômeno de recusa cisgênera como “ofensa da nomeação” (PFEIL, PFEIL, 2022). A ofensa é uma via de mão dupla: se a cisgeneridade nomeia a transgeneridade como patológica, como desvio e incongruência, nos ofendemos, pois somos destituídos de nosso direito à autodeterminação, somos transformados em Outro; por outro lado, ao nomearmos a cisgeneridade, apontando-a como tão construída quanto identidades de gênero não-normativas, é comum que a cisgeneridade se ofenda, como se estivéssemos atentando contra sua integridade. A reação

cisnormativa à nomeação da cisgeneridade se assemelha à reação contra uma ofensa. Os esforços transfeministas de conceituar a cisgeneridade e nomear as violências se deparou com a ofensa da nomeação - pois quando o Outro resolve falar, o Eu se sente ameaçado. Assim, inspirando-nos em movimentos transfeministas iniciais em que as pautas principais concentravam-se na desnaturalização da cisgeneridade, no combate às violências e na garantia de direitos, passamos a discorrer sobre a nomeação de violências específicas contra as transmasculinidades. Adotamos, portanto, uma perspectiva transfeminista e transmasculina de análise.

A nomeação da transmasculinofobia

Em espaços cisfeministas, ao apontarmos que as transmasculinidades são sujeitos do feminismo, que somos atravessados por transmasculinofobia, ou por formas específicas de misoginia e ódio ao que se designa enquanto feminino, observamos frequentemente a ofensa da nomeação, em outras roupagens: é a recusa em reconhecer que transmasculinidades e não-binariedades se encontram atravessadas por formas particulares de violência.

Assim,

A configuração de espaços cisfeministas, cujo ativismo em defesa de liberdades sexuais e direitos reprodutivos enxerga a existência somente de corpos ‘de mulheres’, impede que pensemos com profundidade na constituição de masculinidades dissidentes. (PFEIL, PFEIL, 2023, p. 60)

Entre nós, podemos produzir saberes que dêem conta de nossas existências; que não necessariamente representem as transmasculinidades, mas que reflitam sua pluralidade. A partir do movimento de mobilização de pessoas transmasculinas, o que buscamos fazer é nomear a violência. De início, como pontuado, o conceito de ofensa de nomeação se voltou à cisgeneridade, à recusa de pessoas cisgêneras em reconhecerem a si mesmas enquanto pertencentes a estruturas de gênero historicamente construídas. Almejamos, aqui, não somente nomear a cisgeneridade, como também nomear aquilo que nos atravessa enquanto corpos transmasculinos. Tal como o termo transfobia surge para designar violências específicas contra pessoas trans; tal como travestifobia surge para designar as violências transfóbicas específicas que atravessam as travestilidades e transfeminilidades, o termo transmasculinofobia surge para designar as violências transfóbicas que atravessam as transmasculinidades, incluindo as violências sexuais, tão invisibilizadas fora e dentro da comunidade trans. Vejamos quais são os efeitos da nomeação da transmasculinofobia.

Nomeando as violências que nos atravessam, descentralizamos o feminismo de uma noção

universalizada de “mulher”. Reiterar o feminino como único elemento vulnerabilizado acaba por perpetuar a invisibilização das transmasculinidades. A nomeação da violência busca precisamente desuniversalizar categorias que se colocam como o centro. Desse modo, o objetivo da nomeação da transmasculinofobia é a descentralização da ideia hegemônica de feminino das lutas feministas, o que provoca alguns incômodos. Descentralizando o feminino, reconhecemos como as violências se distribuem e se direcionam, e ampliamos nossa compreensão da limitada dicotomia homem-opressor/mulher-oprimida ao percebermos que há outras interseções - raciais, de gênero, de sexualidade - a serem consideradas. Inserem-se, com isso, as não-binariedades nas discussões sobre violências.

O fenômeno que identificamos nas posturas cisfeministas e cisnormativas em relação à autoafirmação das transmasculinidades é frequentemente de negação, pois, perpetrando a dicotomia acima referida, mantém-se uma unidade contra um inimigo comum - o homem; mas qual homem seria esse?; quais marcadores raciais, de classe, de sexualidade, de normatividade esse homem possuiria? Quando estes mecanismos de negação se direcionam às nossas tentativas de nomear a violência e elaborar sobre nossas subjetividades, estas estratégias adquirem teor destrutivo, pois concebem apenas uma versão de masculinidade: a cisgênera, branca, endossexo, heterossexual, sem deficiências; em suma, corponormativa (MELLO, NUERNBERG, 2012).

Se enfrentamos tamanha dificuldade para nomear a opressão, talvez o arcabouço discursivo de que dispomos seja fruto de relações violentas, tornando-se bastante interessante a elaboração e/ou ressignificação da língua. Assumir que corpos transmasculinos se tornam alvo de violências patriarcais por serem lidos ainda como mulheres, ou por ocuparem ainda um lugar de feminilidade, é interessante, mas pode ser uma noção irreduzível. Caso contrário, nossa identificação das violências patriarcais que nos acometem no interior de movimentos feministas e LGBTIAP+ não se verificaria. É necessário nos desgarrarmos dessa premissa inicial e ampliarmos nossa percepção sobre patriarcado.

Ao centralizarmos o alvo de violência patriarcal em feminilidades, desconsideramos as violências que nos atravessam. Como tentativa de centralizar o feminino, pode-se argumentar, talvez, que pessoas transmasculinas somente se deparam com opressões patriarcais quando são colocadas em posição de feminilidade. O silenciamento de nossas narrativas, as transfobias em espaços de saúde e educacionais, violências institucionais e demais processos ocorreriam em virtude de nossa feminilidade?

Identificamos uma reprodução sistemática de mecanismos de silenciamento no interior de nossos próprios movimentos e organizações. Acompanhando tal reprodução – cuja identificação se dá a partir de nossas experiências -, há a negação de assumir sua ocorrência. Somente a partir do



reconhecimento podemos nos organizar para compreender, educar e pedagogizar. Ampliar os conceitos significa, também, a criação de outros que dialoguem com aquilo que já conhecemos.

É nesse sentido que afirmamos que “se a estrutura teórica utilizada para designar um sistema opressor acaba por não enxergar a existência de certos corpos, isso significa somente que a opressão é ainda mais profunda do que se imaginava” (PFEIL, PFEIL, 2021, p. 159). As violências patriarcais não se direcionam de maneira unilinear somente a corpos femininos cisgêneros brancos, mas se ampliam aos aniquilamentos de corpos trans, intersexo, negros, indígenas... A partir de nossas elaborações, compreendemos que a dominação patriarcal contém, em si mesma, um ódio específico direcionado às transmasculinidades, e encontramos no conceito de transmasculinofobia um primeiro passo para dar nome àquilo que vivenciamos cotidianamente. Eis a expressão de nova perspectiva transfeminista - por um transfeminismo que abarque todos os corpos trans, em sua pluralidade de narrativas e linguagens.

Considerações finais

Ao longo destas páginas, argumentamos sobre o caráter transfeminista de se nomear as violências direcionadas contra corpo transmasculinos, e delineamos brevemente a presença das transmasculinidades no transfeminismo. Apresentando sinteticamente a história do transfeminismo, percebemos que o ato linguístico de nomear o mundo pode ter caráter subversivo. Ao identificarmos os obstáculos que enfrentamos em diversas frentes, podemos, além de elaborar estratégias para combatê-los, compreender de que maneiras já os combatemos. Considerando a invisibilização histórica das transmasculinidade, devemos ter em mente que muitos vieram antes de nós, para além daqueles dos quais temos conhecimento. No transfeminismo das transmasculinidades, nos apoiamos em inúmeros autores que contribuem, a partir de suas perspectivas transmasculinas, para o desenvolvimento do transfeminismo.

A falta de arcabouço linguístico para nos referirmos às transmasculinidades é justamente o que nos motiva a nomear a transmasculinofobia. Pela falta, buscamos o preenchimento e criamos nossa linguagem. Criamos nossas próprias nomeações, tanto para nós, nos apropriando de terminologias outrora pejorativas e efetivamente criando palavras - tais como o termo *boyceta* -, como para aqueles que nos nomeiam, seja explicitando a cisgeneridade em sua normatividade, seja denunciando a transmasculinofobia que nos acomete cotidianamente.

Ao verificarmos a transmasculinofobia em suas dimensões estruturais e institucionais, identificamos violências em diversos campos, desde os direitos reprodutivos até o assédio sexual;



desde a invisibilização cisnormativa de nossa transgeneridade até as dinâmicas de movimentos cisfeministas na deslegitimação - e universalização - da masculinidade; desde as violências patriarcais que sofremos em instituições de ensino até os inúmeros obstáculos com os quais nos defrontamos em serviços de saúde, por não conceberem a possibilidade de corporalidades transmasculinas. Com isso, contribuimos, com uma perspectiva baseada na construção coletiva, para o desenvolvimento dos saberes transfeministas, pela nomeação da transmasculinofobia.

Referências

ADRIÃO, Karla; TONELI, Maria Juracy; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 3, p. 661-682, 2011.

AMARAL, Inês. Participação em rede: do utilizador ao “consumidor 2.0” e ao “Prosumer”. *Comunicação e Sociedade*, [S. l.], v. 22, p. 131–147, 2012.

BAGAGLI, Bia Pagliarini. Breve levantamento de questões transfeministas e o caso brasileiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). **Explosão feminista - arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 344-351.

BORNSTEIN, Kate. What God taught me about gender. **Kate Bornstein Is A Queer and Pleasant Danger—this is her blog**, 2012. Disponível em: http://katebornstein.typepad.com/kate_bornsteins_blog/2012/02/this-blog-is-part-of-a-series-im-writing-while-im-undating-the-fifteen-year-old-my-gender-workbook-for-routledge-press-im-as.html. Acesso em: 01/01/2024.

CALIFIA, Patrick. **Sex Changes: The Politics of Transgenderism**. São Francisco: Cleis Press, 1997.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, São Paulo, n. 15, p. 134-161, 2014.

FEINBERG, Leslie. **Transgender Liberation: A Movement whose Time has Come**. New York: World View Forum, 1992.

FEINBERG, Leslie. **Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman**. Boston: Beacon Press, 1997.

WOLF, Leona. Prefácio. In: FEINBERG, Leslie. **Libertação Transgênera: Um movimento que se torna urgente**. Santo André: Coletivo LGBT PRISMA Dandara dos Santos, 2021, p. 4-6.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universas Humanística*, Bogotá, n. 78, p. 241-258, 2014a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocações teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014b, p. 3-18.

KAAS, Hailey. Introdução ao transfeminismo. **Blog Cidadania em Pauta: Questões de Gênero**, 2012. Disponível em: <<https://reconvexoegenero.blogspot.com/2014/08/o-que-e-transfeminismo.html>> Acesso em: 01/01/2024.

KOYAMA, Emi. The transfeminist manifesto. In: DICKER, Rory and PIEPMEIER, Alison (Org). **Catching a wave: Reclaiming feminism for the twenty-first century**. Boston: North Eastern University Press, 2003, p. 244-259.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, 2012.

MOURA, Cauê Assis de. E não posso ser eu um transfeminista?. *Revista Estudos Transviades*, v. 2, n. 4, 2021.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Sylvania de Souza. EPISTEMOLOGIAS TRANSFEMINISTAS NEGRAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA MULHERIDADES MÚLTIPLAS. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 548–573, 2022.

NERY, João W. TRANSFEMINISMO. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

PALHANO, Luck. Homens trans, da invisibilidade à luta. *Revista Geni*, n. 24, jul. 2015. Disponível em: <<https://revistageni.org/07/homens-trans-da-invisibilidade-a-luta/>>. Acesso em 01/12/2023.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; JESUS, Jaqueline Gomes de; MONTEIRO, Anne Alencar. Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 6, n. 19, 2023.

PÉREZ, Kim. ¿Mujer o trans? La inserción de las transexuales en el movimiento feminista. **Aldarte**, 2004. Disponível em: <<https://www.aldarte.org/comun/imagenes/documentos/Mujer%20o%20trans...kin%20perez.pdf>>. Acesso em: 01/01/2024.

PFEIL, Cello Latini; ALGARTE DA SILVA, Fabian. Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: Um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 6, n. 19, p. 7–31, 2023.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 3, n. 9, p. 1-24, 2022.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Da sombra da cisgeneridade a subjetivações transmasculinas. In: PFEIL, Bruno Latini; PUSTILNICK, Nicolas; VICTORIANO, Nathan (Orgs.). **Corpos Transitório: Narrativas Transmasculinas**. Salvador: Editora Devires, 2021, p. 157-175.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. Em defesa de parentalidades transmasculinas: uma crítica transviada ao [cis]feminismo. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 6, n. 19, 2023.

- PRECIADO, Paul B. Transfeminismo y micropolíticas del género en la era farmacopornográfica. **Blog Arte Nuevo**, 2009. Disponível em: <<https://arte-nuevo.blogspot.com/2009/05/transfeminismo-y-micropoliticas-del.html>>. Acesso em: 01/12/2023.
- RAYMOND, Janice. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. Boston: Beacon Press, 1979.
- RIBEIRO, A. **YouTube, a nova TV corporativa: o vídeo na web como estratégia de comunicação pública e empresarial**. Florianópolis: Combook, 2013.
- ROGUE, J. Dessentializing Anarchist Feminism: Lessons from the Transfeminist Movement. In: DARING, C. B.; ROGUE, J.; SHANNON, Deric.; VOLCANO, Abbey. (Orgs). **Queering Anarchism: Essays on Gender, Power, and Desire**. Baltimore (CA): AK Press, 2012, p. 25-32.
- RIVERA, Sylvia. Sylvia Rivera's talk at LGMNY, june 2001 – lesbian and gay community services center, New York City. *Centro Journal*, v. 19, n. 1, p. 116-123, 2007.
- SÁ, Leo Moreira. Direitos e militância trans em debate. **Ponte Jornalismo**, 2015. Disponível em: <<https://ponte.org/direitos-e-militancia-trans-em-debate/>>. Acesso em: 05/01/2024.
- SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões. *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 17, p. 129-150, 2016.
- SERANO, Julia. Trans feminism: there's no conundrum about it. **MS.blogMagazine**, 2012. Disponível em: <<http://msmagazine.com/blog/2012/04/18/trans-feminism-theres-no-conundrum-about-it>>. Acesso em: 01/01/2024.
- STONE, Sandy. O Império contra-ataca: um manifesto pós-transexual. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 19, p. 254–277, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/53117>>. Acesso em: 01/02/2024.
- STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.
- STRYKER, Susan. **Transgender history**. Berkeley: Seal Press, 2008.
- STRYKER, Susan; BLACKSTON, Dylan McCarthy (Orgs.). **The Transgender Studies Reader Remix**. New York: Routledge, 2022.
- SULLIVAN, Lou. A Transvestite Answers a Feminist. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (Orgs.). **The transgender studies reader**. Nova York: Routledge, p. 159-164, 2006.
- ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? *Caderno de Educação*, v. 1, n. 49, p. 19-42, 2018.

Cello Latini Pfeil

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Doutorando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Professor do Preparatório Transviades.
mltpfeil@gmail.com

Bruno Latini Pfeil

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ)
brunopfeil8@gmail.com

Cauê Assis de Moura

Universidade Federal de Alagoas
Mestrando em psicologia (PPGP/UFAL)
caueassis15@gmail.com

